



Pesquisas de Opinião e Mercado Ltda.

Percepção da população a cerca da disponibilidade, do acesso e da qualidade dos serviços públicos prestados

Região Metropolitana de Goiânia

Bela Vista de Goiás

Amostra:

1. Universo da amostra: eleitores do estado de Goiás;
2. Tamanho da amostra: 380 pessoas;
3. Intervalo de confiança: 95% (erro 0,05);
4. Margem de erro 2,12%

Período: De 06 de outubro a 28 de outubro de 2025
RELATÓRIO DE PESQUISA

1. Introdução

O presente relatório apresenta a análise dos dados obtidos por meio de uma pesquisa de percepção social aplicada aos residentes do município de Bela Vista de Goiás, cujo objetivo principal é avaliar o desempenho, a acessibilidade e a efetividade dos serviços públicos municipais. A coleta de informações foi estruturada para gerar indicadores quantitativos capazes de subsidiar processos de planejamento, monitoramento e tomada de decisão no âmbito da gestão pública. Os dados levantados buscam identificar, de maneira sistemática, níveis de satisfação, grau de confiança institucional, percepção de qualidade dos serviços e eventuais gargalos operacionais em áreas essenciais, como educação, saúde, segurança pública, assistência social, meio ambiente, transporte e oportunidades de emprego. A metodologia adotada permite mapear tanto a eficiência percebida pelos usuários quanto a visibilidade e o conhecimento da população acerca dos programas e equipamentos públicos.

Ao consolidar essas informações, pretende-se produzir um diagnóstico situacional preciso, capaz de orientar a formulação de políticas públicas, otimizar a alocação de recursos, estabelecer prioridades de intervenção e fortalecer mecanismos de avaliação contínua de desempenho governamental. Dessa forma, o relatório contribui para a construção de uma gestão mais baseada em evidências, promovendo ações alinhadas às demandas reais da comunidade e ampliando a transparência e a responsividade municipal.

2. Metodologia

A pesquisa tem caráter quantitativo e descritivo, utilizando-se de aplicação de questionários estruturados. A amostragem foi definida por meio de procedimentos estatísticos de sorteio aleatório simples/estratificado, garantindo a representatividade em relação ao universo estudado.

O tamanho da amostra foi calculado considerando um nível de confiança de 95% e uma margem de erro máxima de 5%, com base na população de referência. As entrevistas foram realizadas de forma presencial, abrangendo respondentes de diferentes perfis socioeconômicos, de acordo com a proporção observada na população.

A coleta e tabulação dos dados foram conduzidas de maneira padronizada, assegurando a comparabilidade dos resultados e a confiabilidade estatística das análises.

3. Delimitação espacial da pesquisa:

Esta pesquisa foi realizada no município de Bela Vista de Goiás.

4. Faixa etária:

- 4.1 De 16 a 34 anos;
- 4.2 De 35 a 59 anos;
- 4.3 Acima de 60 anos.

5. Coleta de Dados:

- 5.1 Período: de 06 de outubro a 24 de outubro de 2025;
- 5.2 Instrumental: Questionário estruturado e cartelas;
- 5.3 Tipo de entrevistas: presencial e domiciliar;
- 5.4 Pessoal: as entrevistas foram realizadas por uma equipe de 4 entrevistadores fiscalizadas por um supervisor;

6. Contratante:

Essa pesquisa foi realizada a pedido da Fundação Indigo

7. Responsabilidade técnica:

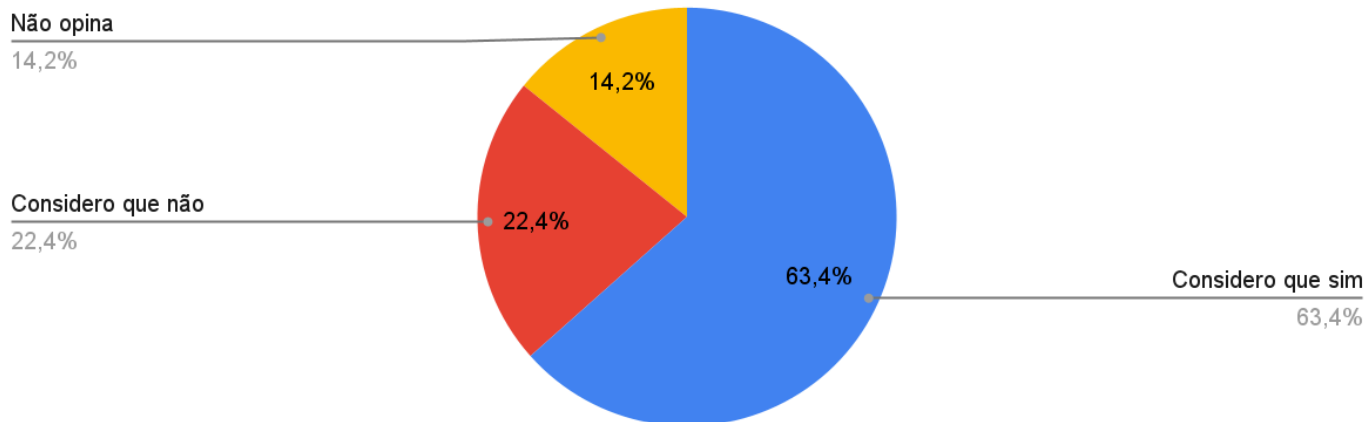
SERPES – Pesquisa de Opinião e Mercado LTDA

8. Análise dos serviços públicos

8.1 Educação: Acesso às escolas públicas

Acesso às escolas públicas	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Considero que sim	63,42%	29,74%	32,89%	0,79%	20,53%	30,00%	12,89%	13,95%	38,95%	10,53%
Considero que não	22,37%	15,26%	7,11%	0,00%	7,11%	11,32%	3,95%	4,47%	13,95%	3,95%
Não opina	14,21%	10,53%	3,68%	0,00%	3,16%	6,32%	4,74%	5,53%	7,11%	1,58%
Total geral	100,00%	55,53%	43,68%	0,79%	30,79%	47,63%	21,58%	23,95%	60,00%	16,05%
Bases (entrevistados)	380	211	166	3	117	181	82	91	228	61

1- Você considera que há igualdade de acesso às escolas públicas para todos os cidadãos?



A percepção sobre a igualdade de acesso às escolas públicas no município configura um cenário moderadamente favorável, porém marcado por tensões importantes que revelam assimetrias territoriais e informacionais. O percentual de 63,4% dos respondentes que afirmam considerar existir igualdade de acesso indica que, para a maioria da população, o sistema educacional público apresenta um funcionamento relativamente equilibrado, com oferta de vagas, critérios de matrícula e distribuição das unidades escolares percebidos como suficientes para atender a diferentes grupos sociais e regiões do município. Esse resultado sugere que as políticas educacionais vigentes conseguem, em grande medida, assegurar o ingresso formal dos estudantes e garantir uma percepção geral de justiça no acesso.

Entretanto, o contingente de 22,4% que declara não perceber igualdade de acesso representa um dado expressivo e estruturalmente relevante, pois aponta para a existência de desigualdades concretas ou percebidas que afetam uma parcela significativa da população. Essa percepção negativa pode estar associada a fatores como concentração desigual de unidades escolares no território, superlotação em escolas específicas, déficit de vagas em determinados bairros, diferenças na qualidade da infraestrutura entre regiões ou barreiras socioeconômicas e de mobilidade que dificultam o acesso efetivo, mesmo quando o direito à matrícula é formalmente garantido. A magnitude desse percentual indica que as desigualdades não são pontuais, mas refletem experiências recorrentes em contextos específicos do município.

Adicionalmente, os 14,2% de respondentes que não opinaram configuram um nível relevante de indefinição, sugerindo desconhecimento, baixa exposição direta ao sistema educacional ou distanciamento da vivência cotidiana das políticas de acesso, como ocorre em domicílios sem crianças em idade escolar. Esse dado também pode indicar limitações na transparência e na comunicação institucional sobre os critérios de distribuição de vagas, o funcionamento do sistema de matrícula e as estratégias adotadas para garantir equidade, o que dificulta a formação de uma percepção mais clara por parte da população.

De forma integrada, os resultados evidenciam que, embora prevaleça uma percepção positiva sobre a igualdade de acesso às escolas públicas, persistem desafios estruturais e comunicacionais que impactam a confiança plena na equidade do sistema. Esse cenário reforça a necessidade de aprimorar o planejamento territorial da rede escolar, ampliar a oferta de vagas em áreas com maior pressão demográfica, reduzir disparidades na infraestrutura e na capacidade de atendimento entre unidades e fortalecer mecanismos de transparência, divulgação de dados e participação social. Tais medidas são fundamentais para reduzir percepções de desigualdade, aumentar o conhecimento da população sobre as políticas educacionais e assegurar um acesso efetivamente homogêneo e justo em todo o território municipal.

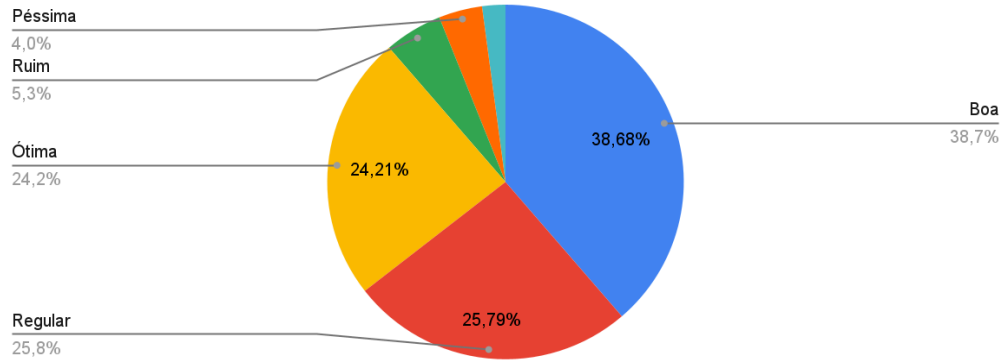
8.2 Saúde: Qualidade do atendimento e tempo de espera

Atendimento da saúde	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Boa	38,68%	19,47%	18,68%	0,53%	11,32%	18,42%	8,95%	10,26%	22,37%	6,05%
Regular	25,79%	14,21%	11,58%	0,00%	8,95%	11,32%	5,53%	5,79%	15,53%	4,47%
Ótima	24,21%	14,74%	9,21%	0,26%	6,05%	12,89%	5,26%	5,26%	15,26%	3,68%
Ruim	5,26%	2,37%	2,89%	0,00%	2,37%	2,11%	0,79%	1,58%	3,16%	0,53%
Péssima	3,95%	3,16%	0,79%	0,00%	1,84%	1,32%	0,79%	0,79%	2,37%	0,79%
Não opina	2,11%	1,58%	0,53%	0,00%	0,26%	1,58%	0,26%	0,26%	1,32%	0,53%
Total geral	100,00%	55,53%	43,68%	0,79%	30,79%	47,63%	21,58%	23,95%	60,00%	16,05%
Bases (entrevistados)	380	211	166	3	117	181	82	91	228	61

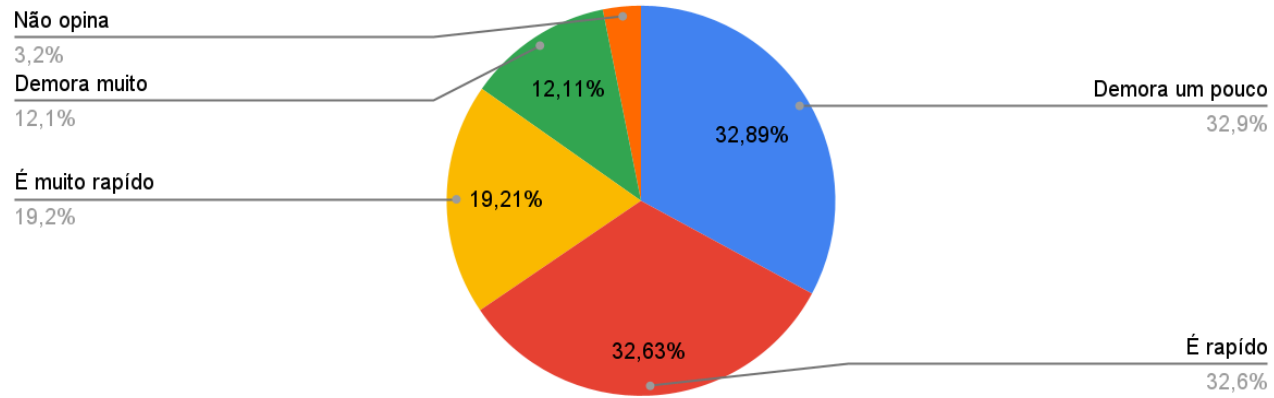
	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Demora um pouco	32,89%	18,16%	14,74%	0,00%	9,21%	16,84%	6,84%	7,11%	18,68%	7,11%
É rápido	32,63%	17,11%	15,26%	0,26%	10,53%	15,00%	7,11%	8,95%	20,00%	3,68%
É muito rápido	19,21%	10,26%	8,42%	0,53%	5,26%	9,74%	4,21%	4,21%	12,11%	2,89%
Demora muito	12,11%	8,16%	3,95%	0,00%	5,26%	4,47%	2,37%	2,63%	7,63%	1,84%
Não opina	3,16%	1,84%	1,32%	0,00%	0,53%	1,58%	1,05%	1,05%	1,58%	0,53%
Total geral	100,00%	55,53%	43,68%	0,79%	30,79%	47,63%	21,58%	23,95%	60,00%	16,05%
Bases (entrevistados)	380	211	166	3	117	181	82	91	228	61



2- Como você avalia a qualidade do atendimento nos postos de saúde do município?



3- Quanto ao tempo de espera para atendimento nos postos de saúde, você diria que:



A avaliação da qualidade do atendimento nos postos de saúde do município revela um quadro predominantemente positivo, porém atravessado por diferenças relevantes na experiência dos usuários, o que indica a coexistência de bons resultados operacionais com desafios estruturais e de padronização do serviço. A soma das avaliações “Boa” 38,7% e “Ótima” 24,2%, totalizando 62,9%, demonstra que a maioria da população reconhece a capacidade funcional da rede de atenção básica, percebendo acolhimento adequado, atuação profissional satisfatória e resolutividade compatível com as expectativas. Esse resultado sugere que os serviços de saúde apresentam rotinas consolidadas, equipes tecnicamente capacitadas e um nível de organização capaz de atender, de forma geral, às demandas da população, refletindo estabilidade institucional e eficiência operacional em parte significativa das unidades.

Entretanto, o percentual expressivo de 25,8% que avalia o atendimento como “Regular” indica a presença de inconsistências que comprometem a uniformidade da qualidade percebida. Esse grupo aponta para situações em que o serviço, embora funcione, apresenta fragilidades relacionadas a variações no tempo de espera, diferenças no padrão de acolhimento entre unidades, limitação na oferta de consultas, dificuldade de continuidade do cuidado ou falhas na organização interna. Trata-se de um indicador relevante, pois evidencia que uma parcela significativa dos usuários não percebe o atendimento como plenamente satisfatório, sinalizando a necessidade de maior padronização dos fluxos, fortalecimento da gestão local e redução das desigualdades entre unidades.

As avaliações negativas, representadas por 5,3% que classificam o serviço como “Ruim” e 4% como “Péssimo”, somando 9,3%, embora minoritárias, possuem peso estratégico elevado, pois refletem experiências de maior impacto negativo. Esses respondentes provavelmente enfrentam problemas mais severos, como demora excessiva no atendimento, insuficiência de profissionais, precariedade de infraestrutura, indisponibilidade de medicamentos ou comunicação ineficiente entre usuários e equipes. Mesmo em menor proporção, esses dados indicam a existência de pontos críticos concentrados em determinadas unidades, territórios ou períodos de maior demanda, que exigem diagnóstico específico e intervenção direcionada. O baixo índice de “Não opina”, 2,1%, reforça a consistência do indicador, uma vez que a ampla maioria dos entrevistados demonstra ter contato direto ou conhecimento suficiente para avaliar o serviço.

De forma integrada, os resultados indicam que a atenção básica no município é bem avaliada pela maioria da população, mas ainda enfrenta desafios relevantes relacionados à consistência da qualidade e à equidade no atendimento. O avanço do sistema depende de ações voltadas à padronização dos processos assistenciais, qualificação contínua das equipes, fortalecimento da infraestrutura física, ampliação da capacidade operacional e monitoramento permanente das unidades que concentram percepções menos favoráveis, de modo a reduzir assimetrias e elevar o nível geral de satisfação.

No que se refere ao tempo de espera nos postos de saúde, a distribuição das respostas revela um cenário equilibrado, porém heterogêneo, evidenciando contrastes importantes na eficiência operacional da rede. O maior grupo, 32,9%, afirma que o atendimento “demora um pouco”, o que sugere que, para uma parcela significativa dos usuários, o tempo de espera ainda é superior ao desejável, embora não inviabilize o acesso ao serviço. Esse dado indica pontos de

pressão na capacidade instalada, possivelmente associados à alta demanda, limitação de equipes, gargalos na triagem ou organização dos fluxos de atendimento.

Em contrapartida, 32,6% avaliam que o atendimento “é rápido”, demonstrando que praticamente um terço da população vivencia uma experiência oposta, caracterizada por maior agilidade e eficiência. A proximidade entre esses percentuais evidencia uma forte desigualdade na experiência do usuário, sugerindo que o tempo de espera varia de forma significativa conforme a unidade, o horário de atendimento ou o tipo de serviço demandado. Quando somadas as avaliações “é rápido” 32,6% e “é muito rápido” 19,2%, observa-se que 51,8% percebem o tempo de espera como adequado ou altamente eficiente, indicando que mais da metade dos usuários reconhece um desempenho positivo nesse aspecto. A presença expressiva de 19,2% que classificam o atendimento como “muito rápido” reforça a existência de boas práticas de gestão, organização interna e alocação de recursos em determinadas unidades ou contextos específicos.

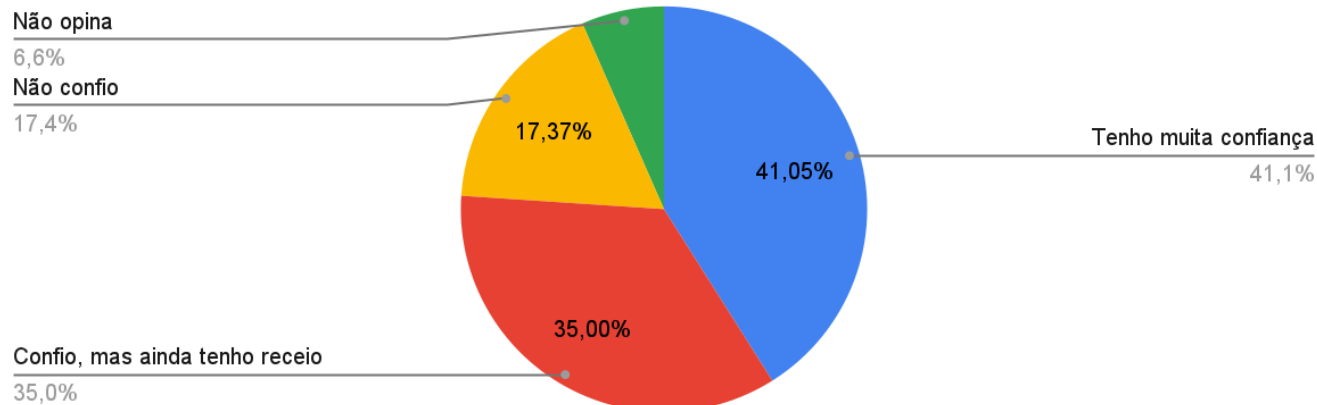
Por outro lado, 12,1% afirmam que o atendimento “demora muito”, representando um contingente menor, porém relevante, que enfrenta tempos de espera excessivos. Esse resultado aponta para pontos de estrangulamento que podem estar relacionados à sobrecarga de unidades específicas, escassez de profissionais, falhas administrativas ou dificuldades na gestão da demanda. Ainda que não seja majoritário, esse indicador merece atenção prioritária, pois o tempo de espera excessivo impacta diretamente a satisfação do usuário, a adesão ao cuidado e a confiança no sistema de saúde. O reduzido percentual de “Não opina”, 3,2%, reforça a confiabilidade dos dados, indicando que a quase totalidade dos respondentes possui experiência recente ou suficiente para avaliar esse aspecto do serviço.

Em síntese, os resultados sobre o tempo de espera evidenciam um sistema que apresenta desempenho satisfatório para a maioria, mas com forte variabilidade entre unidades e situações de atendimento. Esse cenário reforça a necessidade de ações voltadas à padronização dos fluxos assistenciais, fortalecimento das equipes, ampliação da capacidade operativa em horários e regiões críticas, uso mais eficiente da triagem e monitoramento contínuo dos tempos de espera, com foco na redução das discrepâncias e na consolidação de um padrão de atendimento ágil e equitativo em toda a rede municipal de saúde.

8.3 Segurança Pública: Confiança nas forças policiais

Confiança na segurança pública	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Tenho muita confiança	41,05%	19,74%	20,79%	0,53%	11,84%	19,47%	9,74%	10,00%	23,95%	7,11%
Confio, mas ainda tenho receio	35,00%	18,95%	15,79%	0,26%	11,84%	17,89%	5,26%	6,05%	23,16%	5,79%
Não confio	17,37%	11,84%	5,53%	0,00%	5,26%	8,16%	3,95%	4,74%	10,53%	2,11%
Não opina	6,58%	5,00%	1,58%	0,00%	1,84%	2,11%	2,63%	3,16%	2,37%	1,05%
Total geral	100,00%	55,53%	43,68%	0,79%	30,79%	47,63%	21,58%	23,95%	60,00%	16,05%
Bases (entrevistados)	380	211	166	3	117	181	82	91	228	61

4- Você tem confiança nas forças policiais do município?



A distribuição das respostas indica um nível de confiança globalmente positivo nas forças policiais do município, porém marcado por percepções diferenciadas que revelam tanto reconhecimento institucional quanto inseguranças persistentes na experiência cotidiana da população. O grupo que declara ter muita confiança, 41,1%, representa um contingente expressivo que percebe a atuação policial como legítima, eficiente e capaz de cumprir seu papel na preservação da ordem e da segurança pública. Esse percentual sugere que, para uma parcela significativa dos cidadãos, há sensação de presença institucional, capacidade de resposta às ocorrências e credibilidade nas ações desenvolvidas.

Somam-se a esse grupo os 35% que afirmam confiar, mas ainda com receio, configurando um total de 76,1% com algum grau de confiança na polícia. No entanto, essa confiança condicionada indica que, embora a instituição seja reconhecida como necessária e funcional, ainda há percepções de vulnerabilidade, medo ou dúvidas quanto à consistência da atuação policial em determinadas situações, territórios ou horários. Esse receio pode estar associado a fatores como experiências negativas pontuais, percepção de aumento da criminalidade, baixa presença ostensiva em algumas áreas, limitações na prevenção ou demora na resposta a ocorrências, o que impacta diretamente a sensação subjetiva de segurança.

Por outro lado, o percentual de 17,4% que declara não confiar não é residual e merece atenção estratégica, pois revela a existência de segmentos da população que percebem falhas estruturais na atuação policial, seja em termos de efetividade, abordagem, imparcialidade, respeito aos direitos ou capacidade de prevenção e resolução de crimes. Esse grupo tende a refletir experiências mais críticas, vivências diretas de insegurança ou percepções de ausência do Estado em determinados contextos sociais e territoriais.

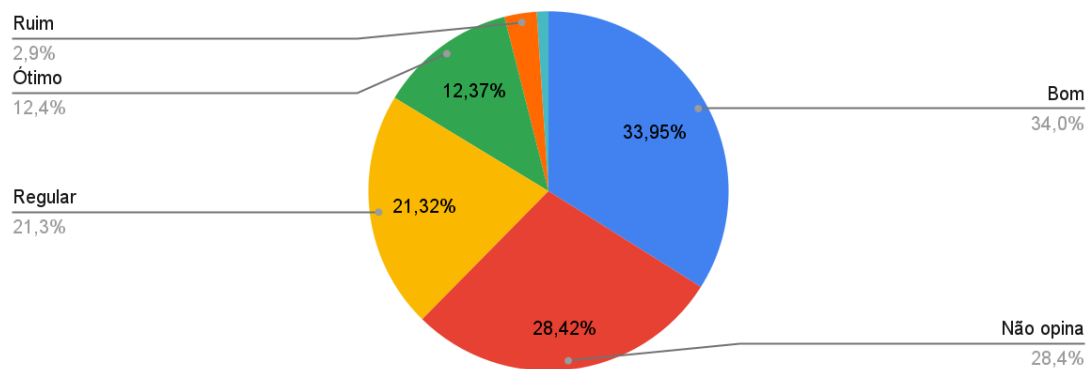
Os 6,6% que não opinaram indicam um contingente menor, possivelmente composto por indivíduos com pouco contato direto com a polícia, baixo nível de exposição às ações de segurança pública ou dificuldade em avaliar a atuação institucional, o que também aponta para a necessidade de maior visibilidade e comunicação sobre o trabalho realizado.

Em síntese, os dados evidenciam que a confiança nas forças policiais é predominante, mas não plenamente consolidada, uma vez que parcela relevante da população manifesta receios ou descrença. Esse cenário reforça a importância de políticas voltadas ao fortalecimento do policiamento de proximidade, ampliação da presença territorial, qualificação das abordagens, aumento da transparência institucional, melhoria da comunicação com a comunidade e ações consistentes de prevenção e resolução de ocorrências, de modo a reduzir inseguranças, ampliar a legitimidade percebida e fortalecer a confiança social de forma mais homogênea.

8.4 Assistência Social: Serviços do CRAS e CREAS

Atendimento do CRAS ou CREAS	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Bom	33,95%	15,79%	17,89%	0,26%	10,26%	15,26%	8,42%	8,42%	20,53%	5,00%
Não opina	28,42%	14,47%	13,95%	0,00%	8,68%	13,16%	6,58%	5,79%	17,37%	5,26%
Regular	21,32%	13,68%	7,63%	0,00%	7,11%	11,05%	3,16%	5,79%	13,16%	2,37%
Ótimo	12,37%	8,16%	3,68%	0,53%	3,95%	6,05%	2,37%	2,89%	6,84%	2,63%
Ruim	2,89%	2,63%	0,26%	0,00%	0,53%	1,32%	1,05%	1,05%	1,58%	0,26%
Péssimo	1,05%	0,79%	0,26%	0,00%	0,26%	0,79%	0,00%	0,00%	0,53%	0,53%
Total geral	100,00%	55,53%	43,68%	0,79%	30,79%	47,63%	21,58%	23,95%	60,00%	16,05%
Bases (entrevistados)	380	211	166	3	117	181	82	91	228	61

5- Como você avalia os serviços do CRAS ou CREAS?



Os resultados indicam um panorama predominantemente favorável na percepção da população sobre os serviços oferecidos pelo CRAS e CREAS, embora existam sinais relevantes de desconhecimento, uso limitado e avaliações intermediárias que merecem atenção. O percentual de 34% que classifica os serviços como bons demonstra que uma parcela expressiva dos respondentes reconhece a funcionalidade dos equipamentos socioassistenciais, percebendo eficiência básica, acolhimento adequado e capacidade de atendimento às demandas sociais mais recorrentes. Soma-se a esse grupo os 12,4% que avaliam os serviços como ótimos, totalizando 46,4% de percepções claramente positivas, o que indica que, entre os usuários efetivos ou mais informados, há reconhecimento de qualidade, resolutividade e impacto positivo das ações desenvolvidas.

Por outro lado, a proporção de 21,3% que classifica os serviços como regulares é significativa e sugere a existência de limitações operacionais percebidas, como restrições na capacidade de atendimento, tempo de espera, sobrecarga das equipes, dificuldade de acompanhamento continuado dos casos ou variações na qualidade do serviço entre unidades e territórios. Esse grupo não expressa rejeição, mas sinaliza que o atendimento, embora existente, não atinge plenamente as expectativas ou necessidades dos usuários, o que aponta para oportunidades de aprimoramento na gestão, na padronização dos procedimentos e na ampliação da oferta de serviços.

As avaliações negativas são pouco expressivas, com apenas 2,9% classificando os serviços como ruins, indicando que problemas graves ou experiências extremamente insatisfatórias são pontuais e não configuram um padrão generalizado. Ainda assim, esses casos merecem monitoramento, pois podem refletir situações específicas de falha no atendimento ou vulnerabilidades localizadas que impactam diretamente usuários em condição de maior fragilidade social.

O percentual elevado de 28,4% de não resposta é um dos aspectos mais relevantes do conjunto de dados, pois revela um nível significativo de desconhecimento, distanciamento ou ausência de contato direto com os serviços do CRAS e CREAS. Esse resultado sugere baixa visibilidade das políticas socioassistenciais, fragilidade na comunicação institucional ou alcance limitado das ações junto à população em geral, especialmente entre aqueles que poderiam se beneficiar dos serviços, mas não os reconhecem como referência.

Em síntese, os dados apontam para um sistema de assistência social que é bem avaliado por quem o conhece e utiliza, mas que ainda enfrenta desafios importantes relacionados à ampliação do acesso, fortalecimento da divulgação, presença territorial mais ativa e qualificação contínua dos processos de atendimento. O aprimoramento dessas dimensões tende a reduzir as avaliações intermediárias, ampliar o conhecimento da população sobre os serviços disponíveis e consolidar a confiança no sistema de proteção social como instrumento efetivo de garantia de direitos.

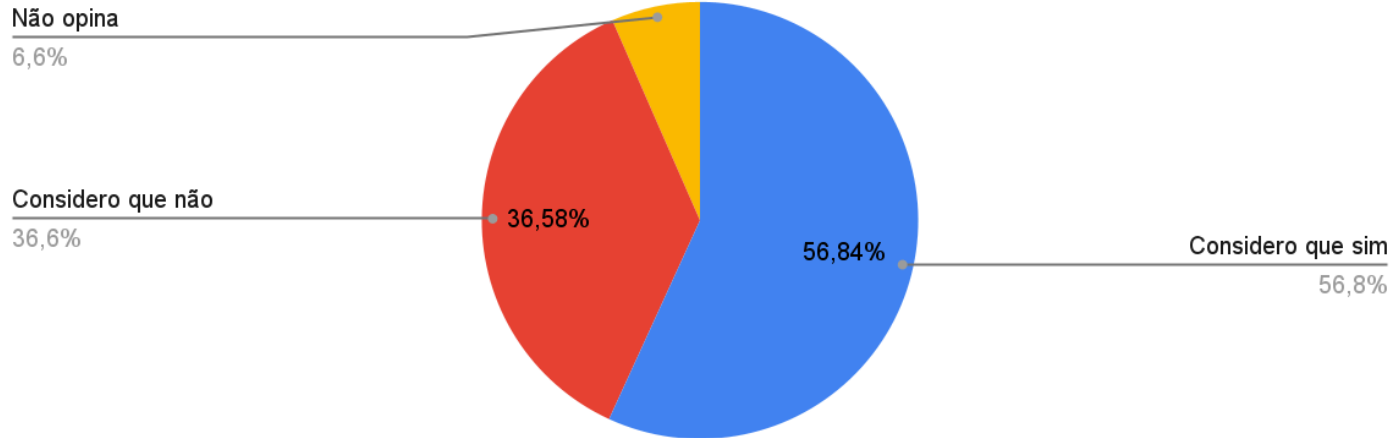
8.5 Emprego e Capacitação Profissional

Oportunidades de trabalho	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Considero que sim	56,84%	29,21%	26,84%	0,79%	15,00%	30,00%	11,84%	13,68%	33,16%	10,00%
Considero que não	36,58%	22,63%	13,95%	0,00%	13,42%	15,00%	8,16%	8,42%	22,37%	5,79%
Não opina	6,58%	3,68%	2,89%	0,00%	2,37%	2,63%	1,58%	1,84%	4,47%	0,26%
Total geral	100,00%	55,53%	43,68%	0,79%	30,79%	47,63%	21,58%	23,95%	60,00%	16,05%
Bases (entrevistados)	380	211	166	3	117	181	82	91	228	61

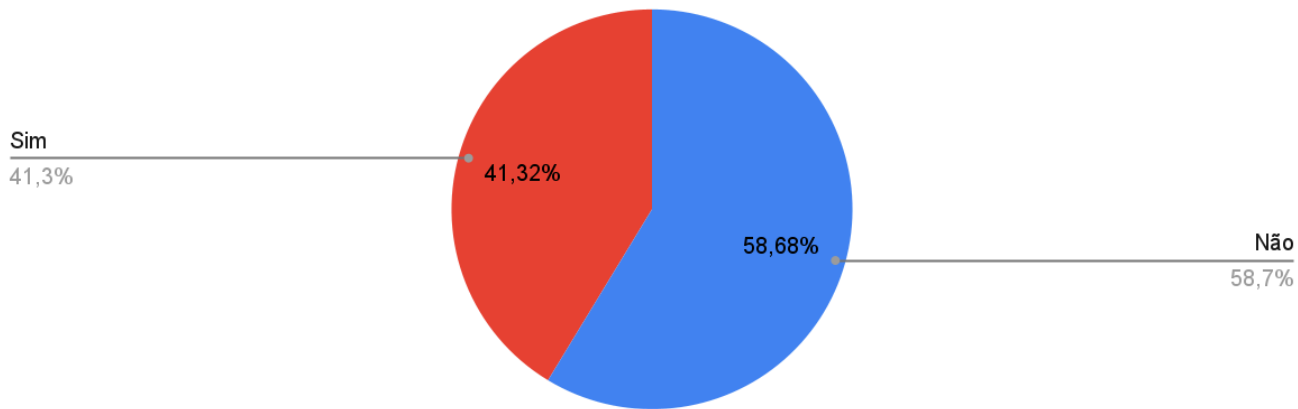
Capacitação profissional	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Não	58,68%	31,58%	26,58%	0,53%	19,47%	25,00%	14,21%	16,05%	33,42%	9,21%
Sim	41,32%	23,95%	17,11%	0,26%	11,32%	22,63%	7,37%	7,89%	26,58%	6,84%
Total geral	100,00%	55,53%	43,68%	0,79%	30,79%	47,63%	21,58%	23,95%	60,00%	16,05%
Bases (entrevistados)	380	211	166	3	117	181	82	91	228	61



6- Você considera que existem oportunidades de trabalho suficientes em seu município?



7- Você tem conhecimento de programas de capacitação, para empregos, oferecidos pelo município?



Os resultados evidenciam um quadro ambivalente em relação ao mercado de trabalho no município, no qual prevalece uma percepção moderadamente positiva sobre a existência de oportunidades, mas acompanhada por limitações estruturais e desigualdades relevantes. O percentual de 56,8% que considera haver oportunidades suficientes indica que mais da metade da população percebe um ambiente econômico capaz de gerar empregos, ainda que possivelmente concentrado em determinados setores produtivos ou perfis profissionais. Essa percepção sugere a presença de alguma dinâmica econômica local, com capacidade de absorção de mão de obra, seja por meio de atividades tradicionais, serviços ou iniciativas privadas que sustentam o nível básico de empregabilidade.

Entretanto, a proporção expressiva de 36,6% que avalia negativamente a oferta de oportunidades revela que uma parcela significativa da população enfrenta dificuldades concretas de inserção laboral. Esse dado aponta para fragilidades estruturais do mercado local, como baixa diversificação econômica, limitação de vagas formais, predominância de empregos de baixa remuneração ou exigência de qualificações específicas que não correspondem ao perfil médio da população. A coexistência de avaliações positivas e negativas sugere que as oportunidades existentes não são distribuídas de forma homogênea, beneficiando determinados grupos enquanto outros permanecem excluídos ou subempregados, o que reforça a existência de desigualdades socioeconômicas internas.

O percentual residual de 6,6% que não opina pode estar associado a indivíduos fora da força de trabalho, como aposentados, estudantes ou pessoas em situação de desalento, mas também pode indicar distanciamento em relação às dinâmicas do mercado local. Ainda que minoritário, esse grupo reforça a importância de análises segmentadas para compreender melhor os diferentes perfis e necessidades da população economicamente ativa.

Quando analisado em conjunto com os dados sobre o conhecimento dos programas de capacitação profissional, o cenário torna-se ainda mais revelador. O fato de 58,7% da população declarar desconhecer a existência dessas iniciativas aponta para uma fragilidade significativa na política pública de qualificação, não necessariamente em sua concepção, mas em sua capacidade de comunicação, divulgação e capilaridade territorial. Esse desconhecimento compromete diretamente a efetividade das ações, pois limita o acesso justamente daqueles que mais necessitam de qualificação para superar barreiras de entrada no mercado de trabalho. A ausência de informação tende a perpetuar ciclos de exclusão, especialmente entre jovens, desempregados de longa duração e trabalhadores informais.

Por outro lado, os 41,3% que afirmam conhecer os programas demonstram que existe algum nível de alcance institucional, ainda que restrito a segmentos mais próximos dos canais formais de informação, como usuários frequentes de serviços públicos, instituições educacionais ou organizações comunitárias.

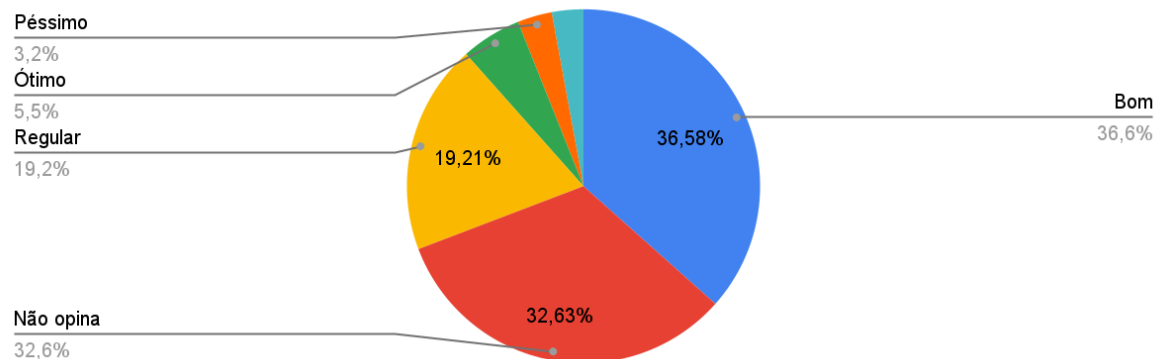
Essa assimetria informacional indica que as políticas de capacitação não estão plenamente integradas ao cotidiano da população e carecem de estratégias mais amplas de comunicação e articulação intersetorial.

Em síntese, os dados revelam um município com potencial econômico e oferta parcial de oportunidades de trabalho, mas com fragilidades importantes na inclusão produtiva e na democratização do acesso à qualificação profissional. O fortalecimento do desenvolvimento local exige ações articuladas que ampliem a diversidade econômica, alinhem os programas de capacitação às demandas reais do mercado, reforcem os canais de divulgação e garantam maior equidade no acesso às oportunidades de emprego. Sem esses ajustes, o risco é a manutenção de um cenário em que parte da população consegue se inserir no mercado, enquanto outra permanece à margem, mesmo diante da existência de políticas públicas voltadas à geração de trabalho e renda.

8.6 Transporte Público: Acesso e avaliação do serviço

Transporte público	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Bom	36,58%	18,95%	17,37%	0,26%	10,53%	17,11%	8,95%	10,53%	22,37%	3,68%
Não opina	32,63%	18,68%	13,68%	0,26%	8,95%	16,05%	7,63%	7,11%	19,21%	6,32%
Regular	19,21%	10,79%	8,42%	0,00%	7,11%	8,95%	3,16%	4,47%	11,58%	3,16%
Ótimo	5,53%	2,89%	2,63%	0,00%	2,11%	2,37%	1,05%	1,05%	3,42%	1,05%
Péssimo	3,16%	2,63%	0,53%	0,00%	0,79%	1,84%	0,53%	0,53%	1,84%	0,79%
Ruim	2,89%	1,58%	1,05%	0,26%	1,32%	1,32%	0,26%	0,26%	1,58%	1,05%
Total geral	100,00%	55,53%	43,68%	0,79%	30,79%	47,63%	21,58%	23,95%	60,00%	16,05%
Bases (entrevistados)	380	211	166	3	117	181	82	91	228	61

8- Como você avalia o acesso ao transporte público em seu município?



Os resultados evidenciam que a percepção sobre o acesso ao transporte público no município apresenta um quadro relativamente favorável, porém marcado por elevada heterogeneidade e por indícios relevantes de desigualdade territorial e de uso do serviço. As avaliações positivas, compostas por 36,6% que classificam o acesso como bom e 5,5% como ótimo, totalizam 42,1%, indicando que uma parcela significativa da população reconhece condições satisfatórias de oferta, seja em termos de disponibilidade de linhas, frequência de horários ou funcionalidade geral do sistema. Esse resultado sugere que, em determinadas áreas ou para determinados perfis de usuários, o transporte público cumpre adequadamente seu papel de mobilidade urbana.

Entretanto, o expressivo percentual de 32,6% que não opina merece destaque analítico, pois pode indicar não apenas desinteresse, mas sobretudo baixa utilização do transporte público, acesso extremamente limitado ou ausência de informações suficientes para avaliação. Esse contingente reforça a hipótese de assimetrias territoriais na cobertura do serviço, nas quais parte da população pode depender de outros meios de transporte ou simplesmente não contar com oferta regular próxima à sua residência.

As avaliações classificadas como regulares, que somam 19,2%, revelam uma percepção intermediária, sugerindo que, embora o transporte esteja disponível, apresenta limitações operacionais relevantes, como intervalos longos entre viagens, superlotação, baixa integração entre linhas ou cobertura incompleta em determinados bairros. Esse grupo indica a existência de um serviço funcional, porém aquém do ideal, com impacto direto na qualidade do deslocamento cotidiano.

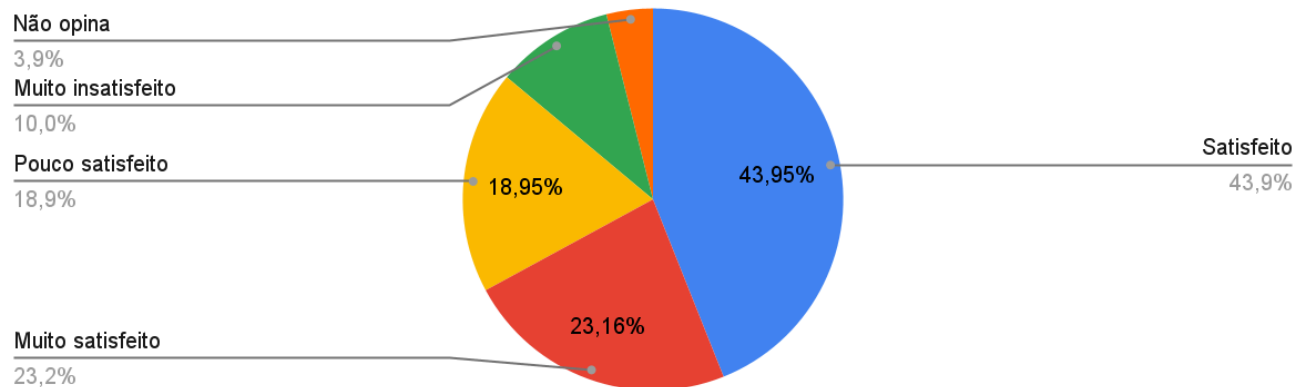
As percepções negativas, ainda que minoritárias, totalizando 6,1% entre as avaliações ruim (2,9%) e péssima (3,2%), sinalizam problemas mais severos vivenciados por uma parcela específica da população. Esses percentuais, embora reduzidos, não devem ser negligenciados, pois costumam refletir falhas estruturais concentradas em regiões periféricas ou em áreas com menor prioridade histórica de investimento, como baixa frequência, precariedade da frota ou ausência de infraestrutura adequada.

De forma integrada, os dados apontam para um sistema de transporte público que atende satisfatoriamente parte da população, mas que apresenta inconsistências relevantes quanto à equidade de acesso e à uniformidade da qualidade do serviço. O cenário reforça a necessidade de aprofundar diagnósticos territoriais, ampliar a cobertura em áreas menos atendidas, qualificar a operação e fortalecer o planejamento da mobilidade urbana, de modo a reduzir desigualdades, aumentar a previsibilidade do serviço e garantir um acesso efetivo e equitativo ao transporte público em todo o município.

8.7 Meio Ambiente Urbano : Áreas verdes

Áreas verdes	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Satisfeito	43,95%	23,42%	20,00%	0,53%	14,47%	21,05%	8,42%	10,53%	25,53%	7,89%
Muito satisfeito	23,16%	13,95%	9,21%	0,00%	6,32%	11,84%	5,00%	4,47%	14,74%	3,95%
Pouco satisfeito	18,95%	10,00%	8,68%	0,26%	5,53%	8,95%	4,47%	5,00%	12,11%	1,84%
Muito insatisfeito	10,00%	6,05%	3,95%	0,00%	2,63%	3,95%	3,42%	3,68%	4,47%	1,84%
Não opina	3,95%	2,11%	1,84%	0,00%	1,84%	1,84%	0,26%	0,26%	3,16%	0,53%
Total geral	100,00%	55,53%	43,68%	0,79%	30,79%	47,63%	21,58%	23,95%	60,00%	16,05%
Bases (entrevistados)	380	211	166	3	117	181	82	91	228	61

9- Como você se sente em relação as áreas verdes (praças, parques, jardins) do município?



Os resultados indicam que a percepção da população sobre as áreas verdes do município é amplamente favorável, ainda que marcada por diferenças relevantes na intensidade da satisfação e por indícios de desigualdade territorial. A soma dos respondentes que se declaram satisfeitos, com 43,9%, e muito satisfeitos, com 23,2%, totaliza 67,1%, evidenciando que a maioria reconhece esses espaços como adequados em termos de oferta, conservação e contribuição para o bem-estar e a qualidade de vida urbana. Esse resultado sugere que, em grande parte do território, as áreas verdes cumprem satisfatoriamente funções recreativas, ambientais e sociais, possivelmente refletindo investimentos públicos, manutenção regular e integração desses espaços ao cotidiano da população.

Entretanto, o percentual de 18,9% que se declara pouco satisfeito revela a existência de limitações percebidas, que podem estar relacionadas à infraestrutura insuficiente, ausência de equipamentos de lazer, problemas de iluminação, acessibilidade restrita ou sensação de insegurança. Esse grupo indica que, embora as áreas verdes existam, sua qualidade ou funcionalidade não atende plenamente às expectativas de parte dos usuários.

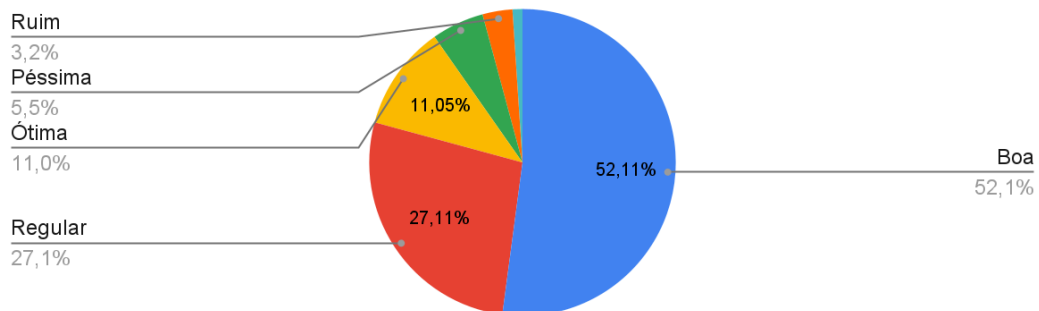
A presença de 10% de respondentes muito insatisfeitos é um sinal de alerta relevante, pois aponta para experiências claramente negativas, possivelmente concentradas em áreas específicas do município onde há escassez de espaços verdes, degradação ambiental ou falta de manutenção adequada. Esse dado reforça a hipótese de assimetrias territoriais importantes, nas quais o acesso a áreas verdes de qualidade não ocorre de forma homogênea.

O baixo percentual de não opina, de 3,9%, sugere que a maioria da população possui contato direto ou conhecimento suficiente para avaliar esses espaços, o que confere robustez aos resultados. De forma integrada, os dados revelam um cenário majoritariamente positivo, mas que demanda atenção contínua à manutenção, ampliação e qualificação das áreas verdes, bem como à promoção de maior equidade territorial, de modo a assegurar que esses espaços cumpram plenamente seu papel na promoção da saúde, do lazer e da qualidade de vida urbana para toda a população.

8.8 Limpeza Urbana: Coleta de lixo domiciliar

Coleta de lixo	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Boa	52,11%	27,63%	23,95%	0,53%	16,05%	25,00%	11,05%	14,47%	30,53%	7,11%
Regular	27,11%	16,58%	10,26%	0,26%	7,63%	12,89%	6,58%	5,79%	16,58%	4,74%
Ótima	11,05%	4,74%	6,32%	0,00%	5,00%	4,21%	1,84%	2,11%	6,84%	2,11%
Péssima	5,53%	3,42%	2,11%	0,00%	1,58%	2,37%	1,58%	0,79%	3,68%	1,05%
Ruim	3,16%	2,37%	0,79%	0,00%	0,26%	2,37%	0,53%	0,79%	1,32%	1,05%
Não opina	1,05%	0,79%	0,26%	0,00%	0,26%	0,79%	0,00%	0,00%	1,05%	0,00%
Total geral	100,00%	55,53%	43,68%	0,79%	30,79%	47,63%	21,58%	23,95%	60,00%	16,05%
Bases (entrevistados)	380	211	166	3	117	181	82	91	228	61

10- Quanto à coleta de lixo na sua casa, como você avalia?



Os resultados indicam que a coleta de lixo domiciliar no município apresenta desempenho globalmente satisfatório, porém com variações relevantes na percepção da qualidade entre diferentes segmentos da população e áreas do território. A predominância de avaliações positivas, com 52,1% classificando o serviço como bom e 11% como ótimo, totalizando 63,1% de aprovação, evidencia que a maior parte dos moradores percebe a coleta como regular, pontual e funcional, atendendo de maneira adequada às demandas cotidianas de limpeza urbana e contribuindo para a manutenção da salubridade ambiental. Esse resultado sugere a existência de uma estrutura operacional consolidada, com rotinas de coleta que, em grande medida, cumprem o cronograma e os padrões esperados.

Entretanto, o percentual expressivo de 27,1% de avaliações regulares indica a presença de inconsistências na prestação do serviço, que podem se manifestar por meio de oscilações nos horários de coleta, irregularidade na frequência, falhas pontuais no atendimento ou diferenças na qualidade operacional entre bairros. Essa percepção intermediária sinaliza que, embora o serviço funcione, há margem significativa para aprimoramento, especialmente no que se refere à padronização e à previsibilidade da coleta em todo o município.

As avaliações negativas, que somam 8,7% entre as classificações ruim (3,2%) e péssima (5,5%), ainda que minoritárias, representam um indicativo relevante de problemas mais severos enfrentados por determinados grupos ou regiões. Esses dados sugerem a existência de desigualdades territoriais no acesso a um serviço essencial, possivelmente associadas a áreas periféricas, localidades de difícil acesso, limitações logísticas ou fragilidades estruturais persistentes na operação. Tais situações impactam diretamente a qualidade de vida, a saúde pública e a percepção de eficiência da gestão municipal.

De forma integrada, os resultados revelam um serviço de coleta de lixo bem avaliado pela maioria da população, mas que ainda apresenta desafios relacionados à homogeneidade da qualidade e à equidade territorial. Os dados reforçam a importância de investimentos contínuos em planejamento operacional, monitoramento sistemático do serviço, ampliação e ajuste da cobertura e intervenções específicas nas áreas com maior concentração de avaliações negativas, de modo a elevar o padrão geral de atendimento e garantir condições ambientais adequadas para todos os cidadãos.

9. Conclusão

A síntese geral dos resultados revela um cenário em que a população demonstra avaliações predominantemente positivas sobre diversos serviços públicos municipais, mas também evidencia disparidades internas, inconsistências operacionais e lacunas informacionais que comprometem a homogeneidade da oferta e o pleno acesso aos direitos. Na educação, embora 63,4% percebam igualdade de acesso às escolas públicas, o contingente expressivo de 22,4% que identifica desigualdades e os 14,2% que não possuem elementos para opinar demonstram que o sistema ainda carece de maior equidade territorial, ampliação da oferta em áreas deficitárias e maior transparência no processo de matrícula. Esse padrão, em que avaliações favoráveis coexistem com percepções de exclusão e desconhecimento, repete-se em outras áreas do relatório.

Na saúde, o atendimento nos postos apresenta aprovação majoritária de 62,9%, sinalizando estabilidade funcional e reconhecimento da competência das equipes. Contudo, a elevada proporção de avaliações regulares de 25,8% e o grupo com percepções negativas de 9,3% revelam fragilidades que variam entre unidades, sobretudo no que diz respeito à infraestrutura, resolutividade e organização interna. Essa heterogeneidade se explicita também nos tempos de espera, nos quais há praticamente uma divisão equilibrada entre usuários que percebem rapidez com 51,8% e aqueles que relatam demora com 45%. Essa distribuição reforça que a rede opera de maneira desigual, com unidades bem estruturadas convivendo com outras que enfrentam gargalos operacionais, o que demanda revisão de fluxos, fortalecimento de equipes e monitoramento contínuo.

No campo da segurança pública, a confiança nas forças policiais apresenta predominância de avaliações positivas, com 41,1% demonstrando muita confiança e 35% expressando confiança com receios. Todavia, os 17,4% que não confiam expõe tensões importantes relacionadas à sensação de insegurança, desigualdades territoriais na presença policial ou possíveis fragilidades no atendimento às ocorrências. O conjunto sugere uma relação institucional ainda marcada por ambivalências, exigindo estratégias mais consistentes de proximidade comunitária, presença ostensiva qualificada e comunicação transparente.

A área socioassistencial, representada pelos serviços prestados pelo CRAS e CREAS, apresenta avaliações favoráveis, com 34% considerando bom e 12,4% ótimo, mas enfrenta um desafio crítico: o alto percentual de indivíduos que não opina, correspondente a 28,4%, indicando baixa visibilidade institucional e alcance restrito das ações. Essa assimetria informacional também aparece de forma acentuada na análise sobre os programas de capacitação profissional, em que 58,7% desconhecem iniciativas municipais. A falta de conhecimento sobre políticas públicas reduz sua efetividade, limita adesão e fortalece desigualdades de acesso, especialmente entre grupos mais vulneráveis.

No eixo econômico, 56,8% reconhecem oportunidades de trabalho no município, mas 36,6% afirmam que elas são insuficientes, refletindo um mercado que funciona para parte da população, mas é excludente para outros segmentos. A disparidade entre percepção positiva e negativa sugere desafios relacionados à diversificação econômica, oferta qualificada de empregos e adequação da mão de obra às demandas locais. O desconhecimento sobre ações de qualificação agrava esse cenário, prejudicando a inclusão produtiva.

Os resultados referentes às áreas verdes indicam satisfação robusta, com 67,1% entre satisfeitos e muito satisfeitos, mas também mostram que 28,9% percebem deficiências ou desigualdades de acesso e qualidade, evidenciando a necessidade de manutenção contínua e de uma política mais equilibrada de distribuição desses equipamentos nos bairros. Por fim, a coleta de lixo, embora bem avaliada por 63,1%, apresenta 27,1% de avaliações regulares e um contingente de 5,5% de percepções de insatisfação, indicando falhas pontuais na logística, frequência e cobertura, principalmente em áreas periféricas.

No conjunto, o relatório evidencia que o município alcança desempenhos sólidos em setores como áreas verdes, saúde básica, segurança pública e coleta de lixo, mas ainda apresenta desafios estruturais importantes relacionados à equidade territorial, comunicação institucional, padronização da qualidade dos serviços e disseminação de políticas públicas. As análises convergem para três necessidades centrais: ampliar a uniformidade na prestação dos serviços, reduzindo desigualdades entre regiões e equipamentos; fortalecer a informação e transparência, garantindo que a população compreenda, acesse e utilize plenamente as políticas disponíveis; e aprimorar a capacidade operacional e a governança integrada, alinhando esforços entre áreas para elevar a eficiência, a percepção pública e a confiança nas instituições. Trata-se de um cenário que combina avanços consistentes com desafios concretos, exigindo planejamento contínuo, monitoramento permanente e intervenções estratégicas voltadas à equidade e à qualidade dos serviços públicos municipais.